

Funai discute com índios os conflitos de posseiros

Brasília (Sucursal) — O presidente da Fundação Nacional do Índio, coronel Paulo Moreira Leal, anunciou que já manteve contatos com o governador Íris Rezende Machado para encontrar uma saída "harmoniosa" para os conflitos de terras envolvendo índios. Para ele, existem dois procedimentos que podem ser adotados sem ferir os interesses de uma e outra partes: primeiro deve-se avaliar os bens do fazendeiro que ocupa há muito tempo uma determinada porção de terra indígena; e depois compete ao Estado, através do Incra e do Getat (quando se tratar de áreas referentes à sua jurisdição), encontrar uma área equivalente, em qualidade e quantidade, para instalar o agricultor. A lei, a seu ver, "não é um trilho, mas uma trilha a ser seguida", e deve ser aplicada com parcimônia nesses casos.

O chefe da Funai não descartou que os índios Apinajé, no Norte do Estado, estejam enfrentando problemas com os fazendeiros da região. No entanto, negou que a demarcação na área tenha sido feita de forma incompleta e com interesse de beneficiar ricos proprietários de terras — conforme denúncia dos líderes daquela comunidade indígena ao DIÁRIO DA MANHÃ. Paulo Moreira Leal acha, inclusive, que os Apinajé estão sendo privilegiados com o Projeto Grande Carajás, que irá aplicar na reserva, através do Banco Mundial e da companhia Vale do Rio Doce, recursos que chegam a quase Cr\$ 80 milhões. Ele mesmo assinalou as áreas para onde irá o dinheiro: saúde, saneamento, educação, transporte, energia e agropecuária, para o que está reservada a quantia de Cr\$ 42 milhões.

REAÇÕES

Leal disse mais: os Apinajé estão desassistidos, mas não abandonados. O coronel procurou uma forma de rebater as críticas que são feitas à Funai, alegando

que o órgão dispõe de dois mil funcionários para cuidar de mais de 200 mil índios espalhados pelo país. Duas fórmulas, encontradas pela sua administração para suprir essa deficiência, segundo ele, foram a desativação de alguns postos — como é o caso da Casa do Índio, em Goiânia — e a alocação da mão-de-obra para áreas carentes e distantes dos centros. Além disso, ele conta agora com os dólares do Banco Mundial. E promete, para breve, a contratação de novos funcionários — pelo menos cem — que serão enviados às reservas, onde trabalharão diretamente com o índio.

"Qualquer decisão que tomo provoca reações. Se demarco uma área para o índio, tenho um grupo social que irá se beneficiar dela; se não o faço, tenho a opinião pública nacional e internacional contra mim", disse Paulo Moreira, apresentando um documento no qual dá parecer favorável a um grupo empresarial (não citou nome) que irá explorar uma área considerada inóspita no Norte do país. "Um antropólogo nos advertiu que há o risco de o índio entrar nessa área por curiosidade. No entanto, achei por bem liberar, mesmo porque é um empreendimento que irá desenvolver a região". Essa empresa, disse ainda, ficará num local distante 114 quilômetros da aldeia mais próxima, e terá que se sujeitar à ressalva de que será interdita se for constatada a presença do índio.

Segundo coronel Paulo Moreira Leal, o argumento da Funai "é incontestável". Desmentiu que o Decreto 88.188, assinado pelo presidente Figueiredo, dê plenos poderes aos ministros Danilo Venturini e Mário Andreazza para decidirem sobre áreas a serem demarcadas. De acordo com o coronel, Paulo Moreira, os órgãos que lidam com terras indígenas no Brasil (inclusive o Ministério do Interior e o Ministério Extraordinário Para Assuntos Fundiários) são "capitaneados" pela Funai.

Como Pilatos

O coronel Paulo Leal apresenta suas justificativas, mas age como Pilatos no problema da demarcação das terras indígenas. E assim os conflitos continuam. Ele afirma ter entrado em contato com o governo de Goiás no sentido de buscar "uma saída harmoniosa". Ora, sabe-se muito bem que esta é uma maneira de protelar soluções ou arquivar a questão.

Para que serve a Funai? Não é para dar assistência ao índio? O coronel Paulo Leal discorda dos Apinajé de que a demarcação de sua reserva está incompleta. Na verdade, a Funai tem conhecimento de que os índios estão certos. No ano passado encaminhou uma equipe ao local, a fim de estudar a questão, que até hoje não foi resolvida. (Lúcia Pedreira)